

Conjugalidade Homossexual masculina – dinâmicas de relacionamento

Nuno Moreira

O casal homossexual masculino é um dos exemplos do pluralismo de formas familiares emergentes nas sociedades contemporâneas. Em si é um conceito recente que só a investigação sobre este tipo de conjugalidade pode ajudar a conceptualizar.

Analisar uma relação gay corresponde a falar-se, antes de mais, da dinâmica inerente ao desenvolvimento do compromisso e dos laços afectivos entre os sujeitos. Apesar de não ser uma forma institucionalizada de relacionamento, os dados sugerem que o casal homossexual masculino regulamenta a gestão da sua intimidade com base em valores sociais abrangentes, nomeadamente, amor, amizade, confiança e companheirismo. A diferença estabelece-se quanto à importância da fidelidade sexual, decidindo os parceiros a alternativa mais adequada ao modelo da sua relação, de forma a que a satisfação e estabilidade no relacionamento sejam asseguradas.

Quando verificado, o modelo de não monogamia parece ser legitimado pela visão e vivência masculinas da sexualidade; o amor que se sente pelo parceiro não é impeditivo da procura de prazer sexual fora da relação, uma vez que exercem uma distinção entre desejo sexual e afectividade e, por conseguinte, entre fidelidade sexual e fidelidade emocional, esta sim, considerada como o elemento vital para a relação. Para que o sexo extraconjugal não se converta num foco de instabilidade e insegurança, não é permitido que ganhe outro significado para além do prazer físico.

Para os sujeitos da amostra, a aspiração à vida em casal é uma constante. Os sujeitos procuram-se com base no estabelecimento de afectividade e preferem-se em função de figuras de compatibilidade psicológica que culmina no estreitamento de laços de intimidade. A situação de vivência em casal é procurada como um suporte comunicacional interactivo e um meio de suprimir uma situação de solidão, entrando numa relação afectiva satisfatória, mais ou menos densa.

A relação parece ser pensada como um projecto de entrega emocional estável e longo sem que a condição de perenidade se constitua como um dado adquirido. Neste tipo de casal a consciência sobre a instabilidade do sentimento amoroso e da falta de 'amarras' institucionais é forte, fazendo com que o relacionamento seja pensado e vivido diariamente, sendo validado pela satisfação que proporciona aos membros do casal. Assim, o único projecto de vida em comum é o desfrutar da presença e da intimidade do parceiro.

Não havendo um evento institucional que marque o início do relacionamento, a coabitação reveste-se de um significado especial. Embora surja como um passo natural na evolução da relação, a coabitação pode ser concretizada de duas formas diferentes - regime parcial e regime total - derivadas da articulação entre as necessidades do casal e as especificidades identitárias particulares de cada parceiro.

A coabitação parcial pode constituir-se como um elemento transitório em que são avaliadas as possibilidades de uma maior fusão material e emocional do casal, conduzindo a uma situação de coabitação total. Não obstante, a vigência de um ideal de independência e a preservação do espaço pessoal contribuem para a manutenção do modelo que poderá ser mais ou menos fluido em correlação com o grau de individualismo manifestado pelos elementos em parceria.

A gestão do relacionamento é algo de complexo que articula, no mesmo plano, personalidades, regras de convivência e os recursos relativos transportados por cada parceiro para a relação. Neste processo foram avaliadas

as posturas relacionais dos parceiros entre si, no exercício de relações de conjugalidade.

Observaram-se vectores de coesão que apontam para 'núcleos duros' de comportamentos quanto à gestão do relacionamento e formas de estar e de fazer, não obstante, tal não obscurece as especificidades e diversidade da realidade observada.

A análise de duas dimensões relevantes para o estudo da conjugalidade - tomada de decisão e divisão do trabalho doméstico - apontam para a conclusão de que os casais homossexuais não executam papéis conjugais estereotipados, por orientação a um papel de género de acordo com o modelo tradicional de conjugalidade - em que existe uma especialização dos elementos do casal em campos culturalmente atribuídos ao género masculino ou feminino.

Os dados sugerem a prevalência de um modelo flexível quanto ao desempenho de papéis conjugais, o que remete para a ideia de androginia, ou seja, cada elemento do casal desempenha papéis identificados tanto com um padrão de feminilidade como de masculinidade. Ressalve-se, contudo, a existência de variáveis que podem introduzir variações no modelo, fomentando assimetrias na relação.

Verificou-se existir para a maioria dos entrevistados similaridade no que respeita as bases de poder com que cada elemento se apresenta à relação (recursos relativos: rendimento, educação, estatuto, idade, etc.), o que aparentemente se constitui como uma variável catalisadora da equidade entre parceiros. É percebida uma identidade semelhante entre si, por parte dos elementos do casal que lhes confere o mesmo poder negocial na relação.

Regra geral, ambos os parceiros desenvolvem uma profissão/carreira que lhes confere autonomia económica e, por conseguinte, poder pessoal que proporciona uma maior equidade relacional no casal. O quotidiano é organizado, em igual medida, em função das determinantes particulares das vidas profissionais dos parceiros, às quais é atribuído o mesmo grau de importância - características que se verificam usualmente em sujeitos pertencentes à classe média ou média/alta escolarizada, grupo em que se enquadra a maioria da amostra.

Para os elementos com estas características, os ajustamentos decorrentes no relacionamento são fruto de uma opção negociada e consciente, o que pressupõe a não existência de uma sobreposição dos interesses de um elemento do casal face ao outro.

Uma diferença de estatuto profissional entre parceiros pode provocar uma sobreposição do investimento na carreira - por parte do elemento que desenvolve a profissão mais exigente e mais cotada - ao investimento na relação. Isto pode introduzir instabilidade na relação convertendo-se num foco de conflito. Todavia, a situação de coabitação parcial parece mitigar os efeitos da situação descrita, uma vez que a fusão entre parceiros não é total e as exigências de assistência emocional não são permanentes.

Atente-se o aspecto da tomada de decisão. Seguindo a tipologia apresentada por Jean Kellerhals¹ para caracterizar os níveis de autoridade no casal, foram encontrados (na amostra) exemplos dos três modelos: «sinárquico», compartimentado e segregado.

O ideal de deliberação conjunta quanto às decisões no âmbito da conjugalidade é uma constante nas preferências dos indivíduos que, ao nível prático, se concretiza de formas diferentes.

Verificou-se uma maior incidência do modelo «sinárquico», isto é, todos os domínios de decisão que se reportam à vida a dois englobam ambos os parceiros, tendo a opinião de cada um igual importância. Este modelo é motivado pelo reconhecimento de uma identidade semelhante entre parceiros e pela noção

1 A tipologia referida é apresentada no livro *Microssociologia da Família*, Kellerhals, J., Troutot, P., Lazega, E., Publicações Europa-América, 1989.

adquirida de equilíbrio relacional decorrente dessa mesma identidade. É de notar, todavia, que a execução das decisões pode obedecer a um duplo padrão.

Embora as decisões e a forma de executá-las sejam deliberados pelos dois membros do casal, a execução prática das mesmas pode ser compartimentada, na medida em que o casal reconhece a maior capacidade de um parceiro para executar num determinado domínio. A decoração da casa (nas situações de coabitação total) é um exemplo. Os parceiros podem decidir conjuntamente a aquisição de artigos, mas delegam a disposição dos mesmos ao parceiro que manifesta maior aptidão e gosto nessa área.

Aparentemente, a decisão compartimentada está dependente da fluidez da relação, isto é, da não existência de uma interdependência mútua forte (que tem por base a concretização prática de um ideal de individualismo por parte de ambos os parceiros). Esta situação leva, não só à compartimentação dos campos de decisão entre os parceiros, como também à individualização das próprias decisões. Não obstante, a vigência deste modelo parece estar mais relacionada com um regime de coabitação parcial.

Os dados analisados parecem conferir suporte a uma «teoria dos recursos»² para o estabelecimento das bases do poder familiar. A disparidade entre os recursos relativos possuídos pelos membros do casal é uma variável passível de introduzir uma hierarquização dos níveis de autoridade dentro do casal produzindo um modelo bastante assimétrico no que respeita a tomada de decisão.

A idade, rendimento e nível educacional são elementos que podem ser invocados como indutores de uma diferença de estatuto entre os sujeitos presentes na relação. Esta diferença de estatuto pode legitimar o posicionamento do elemento mais velho como 'chefe de casal', sendo este o detentor da palavra final no que respeita as decisões a serem tomadas e executadas.

A análise da divisão do trabalho doméstico apontou, também, para a não protagonização de papéis conjugais tipificados. A atribuição das tarefas domésticas não é realizada segundo um padrão cultural interiorizado de trabalho feminino e trabalho masculino. Os mecanismos de regulação deste aspecto do relacionamento transcendem a lógica conjugal tradicional (em que um parceiro - regra geral, a mulher - desempenha a quase totalidade ou a totalidade do trabalho doméstico), o que não invalida a possibilidade de assimetrias entre os elementos do casal.

Os dados recolhidos apontam que a atribuição das tarefas domésticas é um processo democrático e negociado entre os dois parceiros, contudo, esta não é condição necessária para que se possa concluir que o modelo de divisão prossecutado pelos sujeitos seja igualitário.

Seguindo a tipologia de Lawrence Kurdek³ (1993) que caracteriza o padrão de distribuição do trabalho doméstico no casal, foram encontrados exemplos dos três modelos propostos, respectivamente: padrão igualitário, padrão equilibrado e padrão segregado.

O ideal de que o trabalho doméstico deve ser dividido e desempenhado igualmente pelos dois membros do casal é consistente, todavia, o casal tem de lidar com determinantes (de índole prática) externas à sua ideologia que produz alteridade quanto aos modos de agir.

Aponta-se uma tendência para que a divisão do trabalho doméstico seja definida com base no padrão de equilíbrio. Tenta-se que ambos os parceiros desempenhem um número igual de tarefas (que são diferentes para cada um), sendo estas atribuídas de acordo com a aptidão e os gostos de cada um. Aqui efectiva-se um processo de experimentação em que ambos os parceiros tentam

2 Refere-se teoria dos recursos na mesma perspectiva desenvolvida por Blood e Wolfe (1960), apresentada no livro *Famille, Marriage, Divorce*, Bawin-Legros, B., Pierre Mardaga, 1988.

3 Tipologia apresentada no artigo "The allocation of household labour in gay, lesbian and heterosexual couples" in *Journal of Social Issues*, vol. 49, nº3, 1993.

minimizar as tarefas que lhes são incómodas e descobrir as áreas onde são mais competentes e com as quais possuem maior afinidade.

A limite, é produzida uma especialização de cada elemento do casal em determinadas tarefas, mas (em oposição ao modelo tradicional de conjugalidade) tende a distribuir-se esse padrão de especialização de um modo equilibrado. As tarefas que não são abrangidas pelos gostos ou aptidões de nenhum dos parceiros, tenta-se que sejam distribuídas de modo equivalente entre os dois.

A disponibilidade dos sujeitos pode introduzir alterações no esquema supracitado. Quando o parceiro mais capacitado para o desempenho de determinada tarefa não está disponível, o outro assume a seu cargo a realização da mesma. Este modelo é flexível e assenta numa ética de justiça.

Há que ressaltar, mais uma vez, que os recursos transportados para o relacionamento são bastante importantes na estruturação dos modelos de funcionamento das diversas dimensões da conjugalidade e a divisão do trabalho doméstico não constitui exceção.

Os capitais de gestos e modos de fazer que os parceiros possuem quando se apresentam à situação de casal não são necessariamente iguais, o que fomenta - para algumas situações - desequilíbrios quanto ao número e ao tipo de tarefas desempenhadas por cada elemento do casal. Deste modo, concretiza-se um hiato entre a aspiração igualitária e a desigualdade de competências entre parceiros, o que torna ambígua e complexa a negociação interna do casal. Inevitavelmente, a divisão de tarefas é efectuada de modo assimétrico, estabelecendo um padrão de segregação que se pode manifestar por razões distintas.

Em primeiro lugar, refira-se a inexistência de uma pré-estipulação das tarefas a serem desempenhadas por cada elemento. Neste caso, a gestão do trabalho doméstico é orientada pelas normas de asseio e apuro inerentes a cada um, que sendo diferentes obrigam a uma situação desvantajosa para o parceiro mais empenhado na manutenção do domicílio que, por conseguinte, terá de desempenhar a maioria das tarefas.

O segundo tipo difere do primeiro, na medida em que existe uma negociação inicial, a qual é feita de acordo com as afinidades manifestas por cada parceiro e com base na noção de equilíbrio do número de tarefas. Não obstante, existem tarefas mais complexas de realizar (ex. tratar da roupa, comprar e confeccionar comida) e desta forma, o tempo e o esforço despendidos por cada parceiro na execução das tarefas que lhe são delegadas pode ser bastante díspar, instaurando uma situação de desigualdade. Esta disparidade relativa dá azo a sentimentos de insatisfação que culminam em situações de conflito.

Um terceiro modo de concretização do padrão de segregação parece estar dependente da inaptidão demonstrada por um dos parceiros e da vontade e livre opção do outro desempenhar a totalidade ou quase totalidade do trabalho doméstico. Nestes casos, a assimetria é aceite e não provoca sentimentos negativos por parte do elemento em desvantagem.

Os dados sugerem que este modelo pode ser um resultado de uma estruturação imposta pela concatenação das variáveis: regime de coabitação parcial e baixa interdependência mútua (fluidez da relação). Nesta situação, o proprietário do domicílio será o responsável pela sua manutenção.

Embora possa existir uma referência - por parte dos indivíduos a viverem uma relação homossexual - à semelhança de género como um elemento que favorece a existência de cumplicidades e compreensão entre os parceiros, esta não é garantia de uma relação mais igualitária e/ou livre de tensões e conflitos. Os casais continuam a experimentar situações de atrito.

Como foi visto, a atribuição do trabalho doméstico pode ser uma área crítica, mas o maior foco de conflito prende-se com as diferenças de personalidade entre parceiros, catalisadoras de pequenas fricções em situações de irritabilidade ou susceptibilidade provocadas pelo desgaste da vida quotidiana.

A afirmação do ideal cultural de individualismo foi um aspecto que se apresentou com maior ou menor intensidade para a quase totalidade dos indivíduos que forneceram suporte empírico ao presente texto.

A invasão do espaço pessoal é uma importante fonte de conflito, na medida em que os parceiros não reagem bem à submissão da sua identidade e liberdade individuais, manifestando uma contradição entre os imperativos do *nós* casal e do *eu* indivíduo. Ao mesmo tempo que os sujeitos legitimam o seu modo de existir pela relação com um outro significativo, o móbil das suas acções é o seu *eu* individual.

A gestão da esfera económica do relacionamento é um exemplo da conjuntura acima descrita. A maioria dos casais opta por manter as finanças em separado, gerindo cada elemento os seus rendimentos como melhor lhe convém. As despesas comuns são divididas entre os dois parceiros e os gastos pessoais são custeados pelo próprio, segundo o modo que entender. A inexistência de uma fusão de rendimentos constitui-se como uma estratégia de eliminar um potencial foco de conflito que a gestão conjunta do dinheiro e diferentes visões quanto aos padrões de consumo poderiam fomentar.

Verificou-se uma tendência (que não é geral) para evitar situações de confronto aberto entre os parceiros, mas dada a arbitrariedade da vida quotidiana a evasão ao conflito é difícil. Instaurado o mesmo, as principais estratégias de resolução passam pelo contorno do problema e pelo diálogo.

No primeiro caso, a disputa é dada por finalizada sem que seja resolvida. O casal compreende o facto de não haver acordo e na sua impossibilidade a disputa é esquecida. Retomando um ou outro, o decurso normal da relação. No segundo caso, os elementos do casal dialogam sobre o problema chegando a uma situação de compromisso entre as duas perspectivas apresentadas. A iniciativa para o diálogo é proveniente do parceiro que iniciou a contenda ou pelo parceiro que percepção razão nos argumentos do outro.

Um facto comum a todos os entrevistados foi o reconhecimento do parceiro como aberto à reconciliação quando o conflito acontece. Neste sentido, as situações de conflito não se convertem como factores disruptivos intensos.

Para finalizar, parece ser pertinente adiantar alguns aspectos que podem trazer maior acuidade aos resultados apresentados. Deste modo, quanto à problemática desenvolvida poderá ser muito útil realizar um estudo mais intensivo sobre as bases de poder existentes no casal (não só a autoridade, como o poder afectivo, poder de influência, etc.) e perceber de que modo as decisões - de diversos tipos - são tomadas e que bases de poder são invocadas pelos parceiros para cada tipo de decisão.

Compreender os níveis de interdependência mútua é outra questão que se revelou importante para poder conhecer melhor o casal homossexual masculino, uma vez que os níveis de interdependência e de intimidade aparentam induzir diferenças na forma como o relacionamento é vivido, gerido e percebido pelos elementos do casal. No mesmo sentido, os padrões em que se desenvolvem os regimes de coabitação é outra questão que deve ser melhor estudada, porque o modo de viver fisicamente a relação é uma variável que se revelou de grande importância para a estruturação das relações de conjugalidade e gestão das mesmas.

O presente trabalho é dado por findo, na convicção de que se atingiu o objectivo principal subjacente a toda a pesquisa: criar através de todas as conclusões aqui apresentadas - que não se pretendem como definitivas e irrevogáveis - criar um conjunto de pontos de partida, pistas de pesquisa e sugestões para futuras investigações neste campo.